

## Palestina: População e Território

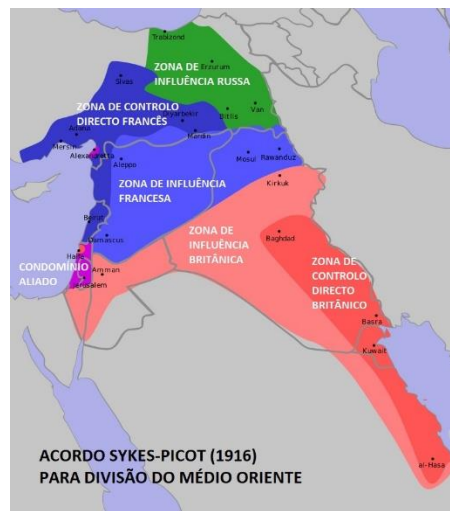
Em pouco mais de um século, entre 1900 e 2018, a população judaica na Palestina Histórica mais do que centuplicou (de 50 000 para 6 700 000), enquanto a população autóctone pouco mais que decuplicou (de 550 000 para 6 500 000). Este é o resultado de uma imigração maciça de judeus associada a uma limpeza étnica dos palestinos conseguida por expulsões e massacres. Ao mesmo tempo, através de guerras e manobras políticas, Israel assumiu o controlo, *de jure*, de 95% do território da Palestina do Mandato Britânico (deixando aos palestinos a Faixa de Gaza e a Área A da Cisjordânia), mas controla, *de facto*, a totalidade do território.



### A PALESTINA OTOMANA (1517-1918) Território

Entre 1517 e o fim da Primeira Guerra Mundial, a Palestina esteve integrada no Império Otomano. Na reorganização de 1873, que estabeleceu as fronteiras administrativas que permaneceram em vigor até 1914, a Palestina foi dividida entre três grandes unidades administrativas. A parte norte estava integrada na província (*vilayet*) de Beirute, que se subdividia nos distritos (*sanjaks*) de Beirute, Acre e Nablus. A parte sul fazia parte do *sanjak* independente de Jerusalém, sob autoridade directa de Istambul. A parte mais meridional, incluindo o centro e sul do deserto de Negev, estava integrada no *sanjak* de Ma'an, que fazia parte da *vilayet* da Síria.

Antecipando a derrota do Império Otomano, aliado da Alemanha, na Primeira Grande Guerra, a Grã-Bretanha resolveu dispor dos territórios do Médio Oriente, sobre os quais não tinha qualquer direito. Ao xerife Hussein de Meca, o Alto Comissário britânico no Egipto, McMahon, prometeu (Julho 1915 – Março 1916) um Estado árabe unido em troca da revolta árabe contra o Império Otomano. Enquanto isto, a Grã-Bretanha firmava com a França o acordo



secreto Sykes-Picot (16 de Maio de 1916), que repartia o Próximo Oriente entre ambos. E, em 2 de Novembro de 1917, o ministro dos Negócios Estrangeiros britânico, Arthur Balfour, escreveu a Lord Rotschild, líder da comunidade judaica, prometendo a criação de um "lar nacional judaico" na Palestina.

### População

Em meados do século XIX a Palestina tinha cerca de 500 000 habitantes que falavam um dialecto árabe específico e eram maioritariamente muçulmanos. Haveria 60 000 cristãos e 20 000 judeus. Cerca de 4/5 da população vivia nas aldeias rurais onde a exploração da terra era comunitária. As cidades mais importantes eram Jerusalém, Acre, Hebron e Nablus. Os nómadas beduínos faziam a ligação entre as aldeias e a cidade, assegurando as trocas comerciais.

Na segunda metade do século XIX as províncias otomanas abriram-se à exploração económica europeia, iniciando a "modernização" da Palestina. As cidades cresceram e a agricultura de auto-suficiência deu lugar à produção comercial. Os pequenos agricultores perderam terras para os grandes latifundiários e os pequenos comerciantes para as famílias urbanas abastadas. Os beduínos foram-se sedentarizando.

Entretanto, na Europa, crescia o movimento sionista, que preconizava a criação de uma pátria judaica, a *Eretz Israel*, na Palestina. A primeira vaga de imigração judaica (1882-1903) integrava judeus que fugiam de perseguições na Europa Oriental. Eram em pequeno número, dedicavam-se à agricultura e pouco se fizeram sentir na população local. Já a segunda vaga (1904-1914) teve maior impacto na vida dos palestinos, tanto árabes como judeus. No final do período otomano, os judeus já representavam cerca de 11% da população palestina. Estes novos colonos eram mal vistos pelos judeus ortodoxos, que consideravam o carácter secular do sionismo contrário às Escrituras. O confronto com as populações locais gerou resistências que deram aos sionistas o pretexto para criar forças de defesa que vieram a converter-se em organizações terroristas.



## A PALESTINA DO MANDATO BRITÂNICO (1922-1948) Território

A Palestina do Mandato Britânico corresponde, sensivelmente, aos distritos otomanos de Acre, Nablus e Jerusalém, com a totalidade do deserto do Negev.

Não obstante a «carta branca» dada pelos britânicos à Agência de Colonização Judaica para comprar terra palestina, os judeus eram proprietários de apenas 2,5% da terra em 1920 e de 5,7% em 1939. A maior parte das vendas foi feita por proprietários turcos otomanos absentistas. Os pequenos proprietários palestinos venderam voluntariamente menos de 10% das terras adquiridas pelos sionistas.

Com o Mandato Britânico a aproximar-se do fim, e sem nenhuma solução satisfatória à vista, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou, em 29 de

Novembro de 1947, a Resolução 181 (II), que preconizava a criação, na Palestina, de dois Estados, um judaico e um árabe. Jerusalém seria um *corpus separatum* com administração internacional. Neste plano, o Estado judaico teria 56,4% do território, o Estado árabe 42,9% e Jerusalém 0,7%; isto, não obstante os judeus serem apenas 31,7% da população. A organização sionista aprovou o plano, já que, embora área atribuída fosse inferior à que pretendia, assegurava os seus objectivos de constituir um Estado judaico na Palestina. Os árabes palestinos e os outros países árabes rejeitaram a resolução por ser injusta e ilegal.

## População

Em 1917 Grã-Bretanha ocupou a Palestina e em Setembro de 1922 assumiu a sua administração ao abrigo de um Mandato da Sociedade das Nações. Estes Mandatos para o Médio Oriente, de tipo A, aplicavam-se a comunidades «cuja existência como nações independentes pode ser reconhecida provisoriamente», enquanto recebiam «apoio administrativo e aconselhamento» no seu caminho para a independência. A Síria e o Líbano, que estavam sob Mandato francês, alcançaram a independência em 1943 e 1944, respectivamente. A Jordânia, sob Mandato britânico, recebeu a independência em 1946. A Palestina nunca atingiu a independência, não sendo irrelevante o facto de o Mandato integrar uma versão explícita da Declaração Balfour e de reconhecer a organização sionista Agência de Colonização Judaica como intermediária para organizar a imigração em larga escala de judeus para a Palestina e o seu estabelecimento nas terras por si adquiridas. Embora fossem nove décimos da população, os árabes são mencionados no Mandato como «as comunidades não-judaicas da Palestina» e determinava-se que «nada deve ser feito que prejudique os seus direitos civis e religiosos», mas não havia qualquer referência aos seus direitos nacionais ou políticos.

Com o aval britânico e pressionados pelo terror nazi, o número de judeus na Palestina passou de cerca de 88 000, em 1922, para 445 000, em 1939. De perto de 10% em 1919, passaram a representar 30% da população em 1939. Esta imigração maciça não podia deixar de gerar conflitos com a população autóctone, que culminaram na grande revolta de 1936 a 1939.



O governo britânico, refém da «dupla obrigação» de assegurar o estabelecimento de um «lar nacional judaico» na Palestina e, simultaneamente, reconhecer um estado palestino árabe independente, foi incompetente para gerir a situação e endossou a questão palestina às Nações Unidas em Fevereiro de 1947. Por esta altura, os judeus já eram mais de 600 000 numa população total estimada em 1 850 000.

## A PALESTINA DA NAKBA À OCUPAÇÃO (1948-1967)

### Território

No dia 14 de Maio de 1948 o Estado de Israel foi proclamado com base no programa sionista, na Declaração Balfour, no Mandato da Sociedade das Nações e na Resolução da Partilha. No dia seguinte, as últimas tropas britânicas saíram e tropas dos países árabes vizinhos entraram nas áreas atribuídas ao Estado árabe, iniciando-se a primeira guerra Israelo-Árabe.

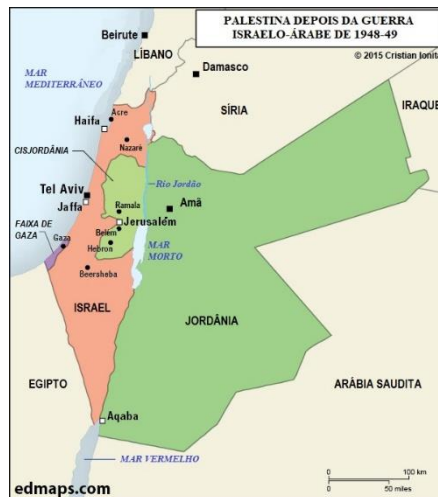
Quando o Conselho de Segurança das Nações Unidas conseguiu um cessar-fogo, as forças israelitas controlavam já grandes partes do território destinado ao Estado Árabe, bem como a parte ocidental de Jerusalém, que deveria ter sido internacionalizada. Entre Fevereiro e Julho de 1949 foram assinados, em Rodas, entre Israel e o Egipto, o Líbano, a Jordânia e a Síria, tratados de armistício que estabeleceram a linha de demarcação entre as diferentes potências e que viria a ser conhecida por «Linha Verde». Israel passou a controlar 78% do território da Palestina. O Egipto e a Jordânia ficaram a administrar o resto do território destinado ao Estado Árabe: o Egipto na Faixa de Gaza e a Jordânia na Cisjordânia e em Jerusalém Oriental.

### População

Antecipando o fim do Mandato Britânico, inicialmente agendado para 1 de Agosto e mais tarde para 15 de Maio de 1948, as milícias sionistas (Hagana, Irgun, Grupo Stern) puseram em prática, a partir de 30 de Novembro de 1947, o Plano Dalet, que visava não só assegurar o território destinado ao Estado judaico mas ainda ocupar a maior área possível no território destinado ao Estado árabe. Através de massacres e destruição de vilas e aldeias, os sionistas empurraram os palestinos para fora das suas terras. Particularmente sangrento foi o ataque a Deir Yassin, uma aldeia integrada no *corpus separatum* de Jerusalém, em que foram assassinados 255 homens, mulheres e crianças indefesos.

Entre o fim de 1947 e meados de 1949, mais de 15 000 palestinos foram mortos, 750 000 tornaram-se refugiados, cerca de meio milhão de vilas e aldeias foram apagadas do mapa. A estes acontecimentos chamam os árabes al Nakba, a Catástrofe.

Mas a violência de Israel não cessou em 1949. Os massacres de Qibya (1953, 70 mortos), Kafr Qassim (1956, 48 mortos) ou Khan Yunis (1956, c. 250 mortos) são alguns exemplos de agressões a populações palestinianas planeadas e executadas pelas forças israelitas, herdeiras dos grupos terroristas sionistas.



## A PALESTINA DA OCUPAÇÃO A OSLO (1967-1993)

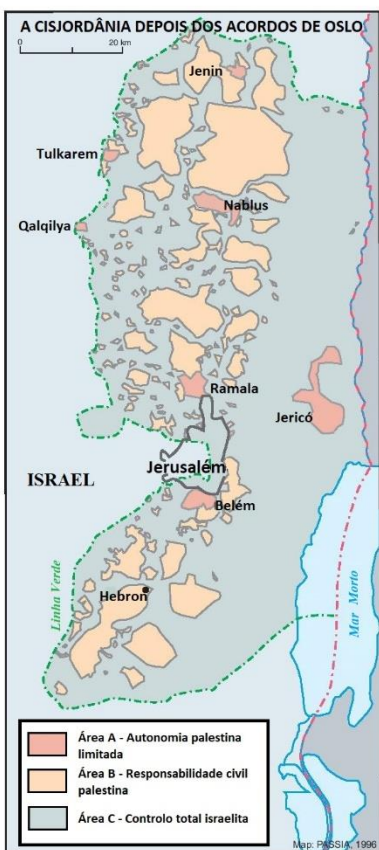
### Território

A questão palestina tem estado no cerne da maior parte dos conflitos no Médio Oriente. Foi assim com a Guerra do Suez (1956) e voltou a ser com a terceira guerra Israelo-Árabe, em Junho de 1967. Nesta guerra, Israel ocupou o resto do território árabe da Palestina do Mandato, incluindo Jerusalém, os Montes Golã (da Síria) e a Península do Sinai (do Egipto). Em 22 de Novembro de 1967, o Conselho de Segurança da ONU aprovou a Resolução 242, que declarava inadmissíveis as aquisições de território pela via da guerra e intimava Israel a retirar dos territórios ocupados. Israel recusou cumprir esta determinação. Veio a devolver a Península do Sinai ao Egipto em Abril de 1982, mas ainda hoje mantém a ocupação dos Montes Golã, cuja anexação ilegal foi reconhecida pelos EUA em 2019. No que respeita à Cisjordânia e à Faixa de Gaza, os Acordos de Oslo (1993-95) criaram alguma expectativa que, no entanto, se gorou.

## População

A guerra de 1967 criou a segunda grande vaga de refugiados palestinos. Estima-se em 500 000 o número de «novos refugiados» que se juntaram aos «velhos refugiados» de 1948-1949. A Resolução 237 do Conselho de Segurança da ONU, de 14 de Junho de 1967, que intimava Israel a facilitar o regresso dos refugiados, foi ignorada, tal como o foram os apelos para que respeitasse a Quarta Convenção de Genebra (1949) nos territórios ocupados.

No entanto, depois desta guerra, a percepção internacional da questão palestina alterou-se significativamente, deixando de estar focada essencialmente no problema dos refugiados e passando a dar mais atenção à questão da independência e da constituição do Estado. A OLP, formada em 1964, adoptou em 1968 um Pacto Nacional Palestino que comprometia o povo palestino a lutar pelos seus direitos à autodeterminação, independência nacional e soberania na Palestina, o direito de retorno às suas casas e propriedades, bem como o direito de recorrer à luta armada para alcançar esses objectivos.



## A PALESTINA DEPOIS DE OSLO (1993-2018)

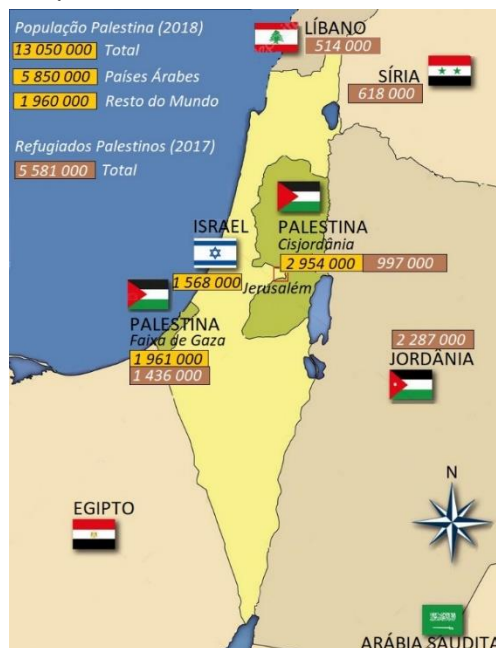
### Território

Os Acordos de Oslo (1993-1995) estabeleceram a constituição de um Governo Palestino e dividiram o território da Cisjordânia ocupada em três áreas: a Área A (18% da Cisjordânia), com controlo civil e de segurança pela Autoridade Palestina, inclui 8 cidades palestinas (Nablus, Jenin, Tulkharem, Qalqilya, Ramallah, Belém, Jericó e 80% de Hebron); a Área B (22% da Cisjordânia), com controlo civil palestino e controlo de segurança conjunto, inclui cerca de 440 aldeias palestinas; a Área C (60% da Cisjordânia), onde se incluem os colonatos judaicos, é totalmente controlada por Israel, estando formalmente interdita a qualquer desenvolvimento palestino. Os Acordos previam que, ao fim de cinco anos, Israel retirasse para as fronteiras anteriores a 1967. Não só isto não sucedeu como Israel intensificou a colonização da Área C e mantém a anexação de Jerusalém Oriental. Hoje, os palestinos controlam, com autonomia limitada, apenas 5% do seu território histórico (Área A e Faixa de Gaza).

### População

Segundo o *Palestinian Central Bureau of Statistics*, no final de 2018 os palestinos eram 13 050 000, dos quais 4 915 000 (37,7%) viviam no Estado da Palestina, 1 568 000 (12,0%) no Estado de Israel, 5 850 000 (44,8%) nos outros Países Árabes e 716 000 (5,5%) no Resto do Mundo.

A população residente no Estado da Palestina repartia-se em 2 954 000 (60,1%) na Cisjordânia e Jerusalém e 1 961 000 (39,9%) na Faixa de Gaza. A população palestina é muito jovem: 39% dos palestinos têm menos de 15 anos e apenas 5% têm 60 ou mais anos. A esperança média de vida à nascença é de 73,9 anos. O número de refugiados palestinos ronda os 6 milhões – quase metade da população. 17% dos refugiados palestinos vivem na Cisjordânia e Jerusalém, onde constituem pouco mais de um quarto (26%) da população, e 25% vivem na Faixa de Gaza, constituindo quase dois terços (64%) da população do enclave. Fora do Estado da Palestina, o maior número de refugiados está na Jordânia (39% do total), seguindo-se a Síria (11%) e o Líbano (9%). Os restantes estão dispersos por outros países.



Texto: *O Essencial sobre a Questão Palestina* (MPPM, Lisboa, 2016); *The Palestine Question – A Brief History* (United Nations, New York, 1980); Mapas: [https://www.edmaps.com/html/palestine\\_in\\_ten\\_maps.html](https://www.edmaps.com/html/palestine_in_ten_maps.html); <http://passia.org/maps/37>